

Universidade do Vale do Paraíba
Faculdade de Educação e Artes
Curso de Psicologia

Aleksandra Csoknyai Del Monte

**O DIA A DIA ESCOLAR: VIOLÊNCIA INVISÍVEL E SEUS IMPACTOS NO
DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

São José dos Campos, SP
2025

Aleksandra Csoknyai Del Monte

**O DIA A DIA ESCOLAR: VIOLÊNCIA INVISÍVEL E SEUS IMPACTOS NO
DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**

Relatório Final apresentado como parte das exigências da disciplina Trabalho de Graduação à Banca Avaliadora do Curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Artes da Universidade do Vale do Paraíba.

Orientadora: Dra. Camila Beltrão Medina
Coorientador: Esp. Alexandre Mazza Rodrigues

São José dos Campos, SP
2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Del Monte, Aleksandra Csoknyai

O dia a dia escolar : Violência invisível e seus impactos no desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes. / Aleksandra Csoknyai Del Monte; orientadora, Dra. Camila Beltrão Medina; co-orientador Esp. Alexandre Mazza Rodrigues. - São José dos Campos, SP, 2025.

46 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Psicologia. 3. Psicologia escolar. 4. Violência escolar. 5. Comunicação não-violenta. I. Medina, Dra. Camila Beltrão, orient. II. Rodrigues, Esp. Alexandre Mazza, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Psicologia. IV. Título.

Eu, Aleksandra Csoknyai Del Monte, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 15 de Dezembro de 2025.



Autor(a) da Obra

Data da defesa: 15 / 12 / 2025

Aleksandra Csoknyai Del Monte

**O DIA A DIA ESCOLAR: VIOLÊNCIA INVISÍVEL E SEUS IMPACTOS NO
DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Relatório final de pesquisa aprovado como parte das exigências da disciplina Trabalho de Graduação IV do curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Artes da Universidade do Vale do Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Camila Beltrão Medina

Prof. Esp. Alexandre Mazza Rodrigues

Profa. Ma. Elisabete Cristina Cárnio Beltrame

Prof. Dr. Lauro Take Tomo Veloso

Nota: _____

Profa. Dra. Ana Enedi Prince Silva

Diretora da Faculdade de Educação e Artes – FEA/UNIVAP

São José dos Campos, 15 de dezembro de 2025.

Com imenso carinho e profunda gratidão, dedico este trabalho à minha amada família, o meu pilar e a minha maior fonte de inspiração. Vocês estiveram presentes em cada passo desta jornada, em todos os momentos da minha vida. Em especial, dedico ao meu pai, Dr. Comendador do Ar Eng. Carlos Augusto Nogueira Del Monte, pelo seu exemplo e apoio incondicional. Aos meus avós, que me criaram com tanto amor, carinho e apreço, moldando a pessoa que sou hoje.

E, claro, aos meus amados filhos, Dr. Raphael Del Monte e Gabriel Del Monte Schiavi Noda, e à minha querida nora, Gabrielle Gomes Almeida, por me acompanharem com tanto afeto e paciência durante todo este percurso. Obrigado por serem a luz e a força da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Com profunda gratidão, dirijo meus agradecimentos à Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), instituição que considero um verdadeiro lar acadêmico. É uma honra e uma alegria concluir este segundo ciclo de formação, agora em Psicologia.

Minha história com esta casa começou há anos, na época da então Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), quando obtive minha primeira graduação em Direito, e hoje se consolida novamente com este novo bacharelado. A UNIVAP/FVE não apenas me forneceu conhecimento, mas também moldou meu caminho profissional.

Estendo meu reconhecimento especial à Faculdade de Educação e Artes (FEA), ao Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D) e aos demais funcionários da UNIVAP, meu profundo reconhecimento pela dedicação e pelo suporte administrativo e operacional que garantiram as condições necessárias para a realização deste curso.

Quero expressar minha gratidão à E. E. Marilda Ferreira Barros Brito Pereira, instituição onde tive a oportunidade de aplicar e enriquecer meus conhecimentos através do estágio, e a todos os seus profissionais que me receberam com cordialidade.

Obrigado a todos os mestres que compartilharam sua sabedoria e paixão ao longo desta jornada.

Um agradecimento especial e carinhoso à minha orientadora, Dra. Camila Beltrão Medina. Mesmo diante de sua intensa correria diária, sua dedicação, paciência e valiosos *insights* foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Agradeço por sua generosidade e orientação precisa.

Meus sinceros agradecimentos também ao meu co-orientador, Esp. Alexandre Mazza Rodrigues, por seu apoio construtivo e por contribuir de forma significativa para o meu desenvolvimento neste percurso.

Expresso minha sincera e profunda gratidão aos ilustres membros da Banca Examinadora, que generosamente dedicaram seu tempo e expertise para a avaliação deste trabalho.

À Professora Ma. Elisabete Cristina Cárnio Beltrame, meu agradecimento que transcende a avaliação. Sua presença foi constante e significativa em toda a minha trajetória acadêmica, incluindo a orientação de estágio em Licenciatura. Sou grata pelo carinho, pela educação e pelo respeito com os quais sempre me tratou, tornando a jornada mais leve e inspiradora.

Ao Professor Dr. Lauro Take Tomo Veloso, a quem estimo imensamente, meu sincero agradecimento por sua participação e pelas valiosas contribuições. Sua presença, como um professor que demonstra tanta reciprocidade e carinho, é motivo de grande admiração, especialmente pelo vasto conhecimento que possui e compartilha.

Agradeço a ambos por suas ponderações, que são essenciais para o meu aprimoramento profissional e pessoal.

Por fim, agradeço aos meus colegas de turma de Psicologia, bem como aos amigos e parceiros dos cursos de Pedagogia e dos demais cursos da FEA. O convívio e as trocas durante as aulas e corredores tornaram esta jornada mais leve, rica e memorável.

A todos, a minha eterna gratidão.

“Professor, sois o sal da terra e a luz do mundo.
Sem vós tudo seria baço e a terra escura.
Professor, faze de tua cadeira, a cátedra de um
mestre.
Se souberes elevar teu magistério, ele te elevará à
magnificência.
Tu és um jovem, sê, com o tempo e competência,
um excelente mestre [...].”

Exaltação de Aninha, Cora Coralina

Resumo

Não há que se falar em um único conceito de violência, contudo pode ser entendida como o uso intencional de poder ou de força, seja ele consumado ou apenas sinalizado, voltado para causar danos. Tal ação pode ser direcionada para o próprio indivíduo, terceiros ou grupos sociais, e pode resultar em consequências graves.

A violência sempre esteve presente no mundo e é considerada como um problema social, que pode causar danos físicos, psicológicos, financeiros e sociais manifestando-se de diferentes formas, inclusive as veladas e simbólicas. O crescimento muito significativo da violência nas últimas décadas despertou grande interesse em compreender o tema, principalmente por causa do processo de socialização e integração de crianças e adolescentes na sociedade e no cenário brasileiro atual no qual impera uma nova diretriz, a mercantilização da educação com o neoliberalismo e consequentemente um adoecimento psíquico de toda a sociedade e não mais de um nicho social específico. É primordial buscar alternativas para minimizar estes impactos desde a mais tenra idade e buscar por uma cultura de paz por meio da comunicação não violenta. Assim, este Trabalho de Graduação buscou responder à questão da importância da presença do psicólogo com licenciatura na escola para elaboração de projetos voltados para uma cultura de paz com o uso da comunicação não violenta. Para isso, realizou-se uma revisão narrativa de literatura qualitativa exploratória com o intuito de possibilitar uma discussão sobre esta temática, com uso de fontes secundárias como artigos e obras literárias. Concluindo que a formação sociopsicológica do educador, a presença efetiva do psicólogo escolar e do psicólogo com licenciatura são medidas cruciais para promover uma cultura de paz que garanta o pleno desenvolvimento emocional e cidadão de crianças e adolescentes, com base na elaboração de projetos pedagógicos que fomentem diálogos e reflexões críticas sobre a violência estrutural e simbólica e como podem ser trabalhadas dentro da comunidade escolar podendo vir a afetar todos os laços relacionais íntimos de cada participante.

Palavras-chaves: Psicologia. Psicologia escolar. Violência escolar. Comunicação não violenta.

Abstract

There is no single concept of violence; however, it can be understood as the intentional use of power or force, whether consummated or merely signaled, aimed at causing harm. Such action can be directed at the individual, third parties, or social groups, and can result in serious consequences.

Violence has always been present in the world and is considered a social problem that can cause physical, psychological, financial, and social harm, manifesting itself in different ways, including veiled and symbolic ones. The very significant growth of violence in recent decades has sparked great interest in understanding the topic, mainly because of the process of socialization and integration of children and adolescents into society and in the current Brazilian scenario in which a new guideline prevails: the commodification of education with neoliberalism and, consequently, a psychic illness of the entire society and no longer of a specific social niche. It is essential to seek alternatives to minimize these impacts from the earliest age and to strive for a culture of peace through nonviolent communication. Thus, this Graduation Project sought to answer the question of the importance of the presence of a licensed psychologist in schools for the development of projects aimed at a culture of peace through the use of non-violent communication. To this end, an exploratory qualitative narrative literature review was conducted to facilitate a discussion on this topic, using secondary sources such as articles and literary works. It concludes that the socio-psychological training of educators, the effective presence of school psychologists, and licensed psychologists are crucial measures to promote a culture of peace that guarantees the full emotional and civic development of children and adolescents, based on the development of pedagogical projects that foster dialogue and critical reflection on structural and symbolic violence and how it can be addressed within the school community, potentially affecting all the intimate relational bonds of each participant.

Keywords: Psychology. School psychology. School violence. Non-violent communication.

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	OBJETIVOS	15
2.1	OBJETIVO GERAL	15
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3	JUSTIFICATIVA	16
4	METODOLOGIA.....	17
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
5.1	TRAJETÓRIA HISTÓRICA E CONCEITUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA	19
5.2	DA VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	27
5.3	DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA	29
5.3.1	Comunicação não-violenta e sua importância	31
5.3.2	Comunicação não-violenta e projetos no ambiente escolar para uma cultura de paz	33
5.4	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA	35
5.5	PAPEL DO PSICÓLOGO COM LICENCIATURA X PROFESSOR X PSICÓLOGO ESCOLAR	37
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

No Brasil experimenta-se um processo de mercantilização da educação característico dos modos do neoliberalismo, que influencia no processo de socialização e integração de crianças e adolescente na sociedade, refletindo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que amplia a desigualdade e conduz à educação como uma contraprestação de serviços, conforme descreve Mordente e Portugal em seu artigo que:

O neoliberalismo também opera no campo da educação por meio do já mencionado “neoliberalismo escolar”. Esse processo reordena a educação para um viés utilitarista, tratando-o como um serviço prestado às empresas, como uma atividade com custo e retorno – uma mercadoria – resultando em uma submissão direta da escola aos interesses econômicos. A abordagem mercadológica permeia mais intensamente o ambiente escolar, adotando o modelo da empresa privada como padrão de referência. As instituições educacionais são encaradas como empresas, os estudantes como cliente/consumidores, e a aprendizagem como uma mercadoria a ser medida e adaptada às demandas do mercado. (Mordente; Portugal, 2024, p.04)

A contemporaneidade apresenta formas de violências que impactam o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes nos mais diversos espaços sociais, familiar, igreja, escola, comunidade, nas quais os indivíduos estão inseridos.

Cabe salientar que a interseccionalidade, que descreve os fatores de gênero, de cultura, de economia familiar e o modelo psíquico de enfrentamento de cada sujeito, culmina no meio de afetação individual que poderá acarretar sofrimentos e demandas com desdobramentos na instituição escolar. Ponto de vista este que vem ao encontro com o que nos ensina o educador e filósofo Paulo Freire (1975) quando escreve “que não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade”. (Freire *apud* Orso, 2015, p.269)

Dada a sua importância da relação socioeconômica com a violência bem como suas consequências imediatas, o Grupo de Trabalho (GT) de Especialistas em Violências nas escolas elaborou um relatório com a finalidade de analisar este fenômeno para propor recomendações de ações governamentais. Em suas conclusões o relatório não apontou a necessidade de contratação de psicólogos com licenciatura para este espaço de conhecimento. Portanto, não cumpriu o que determinam a Lei e Resolução do Conselho Nacional de Educação, a saber: Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”, estabelece em seu artigo 1º que “as

redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais e não leva em consideração a Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023 que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia”.

O enfrentamento da violência no ambiente escolar exige uma abordagem multiprofissional e complementar, na qual o professor atua como mediador e facilitador de mudanças, oferecendo acolhimento aos discentes e promovendo a conscientização sobre o tema. O psicólogo com licenciatura atuará como professor nas disciplinas específicas de Psicologia, tendo sua regência focada na regência de classe, com foco em transmitir os conhecimentos da área de Psicologia e “poderá contribuir para o debate interdisciplinar do currículo e do Projeto Político-Pedagógico da escola onde atua, sobretudo considerando as mudanças atuais no Ensino Médio” (Machado; Kohatsu; Pereira, 2023, p. 6). Já o psicólogo escolar possui um papel mais abrangente, sendo um agente de mudanças em nível institucional, focado na transformação da estrutura e do clima organizacional da escola.

Além deste relatório, a revista de pesquisa FAPESP (2025) sua edição 350 (trezentos e cinquenta) de abril de 2025, traz em sua capa o tema “Vínculos partidos”, com dois textos escrito por Cristina Queiroz, a saber, “Violência escolar aumenta nos últimos 10 anos no Brasil” e “Disseminação de discurso de ódio agrava violência escolar”.

A autora alerta sobre o aumento significativo da violência dentro e fora da comunidade escolar, da violência doméstica contra crianças e adolescentes, da desvalorização do corpo docente, do discurso de ódio como formas para explicar este fenômeno que é complexo e de causa socioeconômica multifacetada. Queiroz (2025) afirma que a “escalada de agressões nas escolas do país acende alerta para a necessidade de criação de medidas capazes de enfrentar a violência e melhorar o ambiente em instituições de ensino” (Queiroz, 2025, p.13). Em sua conclusão, a autora aponta somente “a necessidade de ampliar a articulação entre educação, saúde e assistência social, além de garantir que ações voltadas para o clima escolar sejam contínuas e interligadas a políticas públicas de segurança e justiça” (Queiroz, 2025, p.17).

O artigo não levanta a possibilidade da atuação de psicólogos com formação em licenciatura, em conjunto com o psicólogo escolar, para a elaboração e implantação de projetos. Tais projetos poderiam ensinar ou possibilitar uma mudança por meio da linguagem, com o uso da “comunicação não violenta”, por exemplo, o que viria a proporcionar maior segurança psicológica no ambiente escolar e, conseqüentemente, na comunidade em seu entorno. Esta hipótese foi levantada no momento da realização do estágio obrigatório, no ano de 2023, para

a diplomação em licenciatura em Psicologia ofertada pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), sendo formulada após observações realizadas em salas de aula para a propositura de projetos voltados para a cultura de paz, contando com apoio dos coordenadores e da diretoria da escola pública em que a autora deste trabalho realizou o estágio. Portanto, trata-se de um tema de dimensão pessoal.

De interesse científico, por ser um assunto que poderá impulsionar a busca por novos conhecimentos entre a sociedade e a comunidade científica, por meio de estudos mais específicos sobre o tema. Tais estudos poderiam envolver o uso de pesquisas comparativas, tanto qualitativas como quantitativas, referentes ao desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes, de saúde mental dos educadores e educandos, e do desenvolvimento socioeconômico do Brasil com a criação de políticas públicas mais pontuais e alinhadas à realidade e regionalismo brasileiro. Considera-se a importância da presença de psicólogos licenciados nos quadros das instituições educacionais, com abertura de novas vagas dentro das escolas públicas e concursos para as disciplinas de psicologia, sociologia filosofia. Salientando-se que este seria o ideal, mas nossa realidade está muito distante disso. A contemporaneidade passa por uma série de desafios como o descrédito do ensino, do professor, das instituições, entre outros.

Realiza-se uma revisão narrativa de literatura qualitativa com caráter exploratório e historiográfico com o intuito de possibilitar uma discussão sobre esta temática, com o uso de variadas fontes primárias e secundárias.

O presente trabalho se baseia no objetivo geral de refletir sobre a importância da presença do psicólogo com licenciatura na escola para elaboração de projetos voltados para uma cultura de paz com o uso da comunicação não violenta. Os objetivos específicos incluem a análise da historicidade da violência com a utilização de livros de autores e estudiosos como, Sigmund Freud (1836-1939), Jacques Lacan (1901-1981), Michel Foucault (1926-1984), Jürgen Habermas (1929-), Hanna Arendt (1906-1975), Pierre Bourdieu (1930-2002), Marilena Chauí (1941-), Byung-Chul Han (1959-), entre outros e artigos sobre o tema. Qualifica-se, desta forma, o que será a violência simbólica e as implicações na aprendizagem de crianças e adolescentes levando-se em consideração o psicológico, o gênero, a estrutura familiar e socioeconômica. Investiga os fundamentos teóricos da Comunicação não-violenta, com base em seu criador Marshall Rosenberg, com identificação experiências e projetos escolares que utilizem a Comunicação não-violenta como ferramenta para a promoção da cultura de paz e propor diretrizes ou estratégias para a inserção da Comunicação não-violenta em projetos pedagógicos voltados à educação não violenta.

2 OBJETIVOS

Todo trabalho científico apresenta objetivos geral e específicos para nortear o que se pretende desenvolver e apresentar. Neste contexto, a importância da presença do psicólogo com licenciatura no ambiente escolar baseia-se na sua capacidade de observar, elaborar e criar projetos voltados à promoção de uma cultura de paz, com base na utilização da comunicação não violenta

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o papel do psicólogo licenciado no ambiente escolar, especialmente no desenvolvimento de práticas que favoreçam o diálogo e empatia;

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Expor a trajetória histórica e conceitualização da violência;
- 2) Investigar os fundamentos teóricos da Comunicação não-violenta;
- 3) Identificar experiências e projetos escolares que utilizem a Comunicação não-violenta como ferramenta para a promoção da cultura de paz;
- 4) Propor diretrizes ou estratégias para a inserção da Comunicação não-violenta em projetos pedagógicos voltados à educação não violenta.

3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa propõe preencher uma lacuna significativa no entendimento acadêmico e prático da violência invisível e seus impactos no desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes, bem como, a importância da presença do psicólogo com licenciatura nas escolas para elaboração de projetos voltados para uma cultura de paz com o uso da comunicação não violenta.

Além disso, é um tema de interesse pessoal, em função da prática desenvolvida durante o estágio obrigatório/profissionalizante realizado no ano de 2023 para licenciatura em Psicologia ofertada pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E de interesse científico, por ser um assunto que gera interesse entre a sociedade e a comunidade científica, por meio de estudos mais específicos sobre o tema, com uso de pesquisas qualitativas com caráter exploratório e historiográfico referentes ao desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes, de saúde mental dos educadores e educandos e do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, ao considerar a presença de psicólogos com licenciatura nos quadros das instituições educacionais.

4 METODOLOGIA

Conforme Gil (2008) salienta, "pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento" (Gil, 2008, p. 08). Dessa forma, realiza-se uma revisão narrativa de literatura qualitativa com caráter exploratório e historiográfico com o intuito de possibilitar uma discussão sobre esta temática, com o uso de variadas fontes primárias e secundárias. Essa metodologia foi escolhida e justificada pela necessidade de construir um panorama amplo e interpretativo sobre o tema deste trabalho, com o objetivo de estabelecer conexões críticas entre os mais diversos autores, apresentando uma fundamentação teórica robusta e adequada a evidenciar as lacunas e as compreensões subjetivas e dos significados presentes nos processos de violência e a busca por uma cultura de paz, o que permite uma análise mais interpretativa.

Assim, o presente trabalho se baseia em estudo de revisão bibliográfica, que é uma etapa fundamental para consolidar as pesquisas científicas e embasamento teórico. de fontes primárias e secundárias, e textos acadêmicos retirados das bases de dados do SciELO, CAPES e Google Scholar, que são necessárias para garantir a qualidade e precisão das informações, com uso de palavras chaves no período compreendido entre os anos de 2015 a 2025 (Guerra; Moura, 2021) para a obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente e responder os objetivos geral e específicos deste trabalho.

A pesquisa qualitativa realizada teve o intuito de possibilitar a escrita e discussão sobre o tema "O dia a dia escolar: violência invisível e seus impactos no desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes", uma vez que esta "se baseia na interpretação e compreensão dos fenômenos estudados, levando em consideração o contexto e as experiências dos sujeitos envolvidos (Guerra; Moura, 2021, p. 599), como a experiência adquirida durante o estágio obrigatório/profissionalizante, realizado no ano de 2023 para licenciatura em Psicologia ofertado pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), possibilitou uma contribuição na análise e desenvolvimento sobre o tema.

A seleção de revisão bibliográfica considerou a análise da historicidade da violência com a utilização de livros de autores e estudiosos como, Sigmund Freud (1836-1939), Jacques Lacan (1901-1981), Michel Foucault (1926-1984), Jürgen Habermas (1929-), Hanna Arendt (1906-1975), Pierre Bourdieu (1930-2002), Marilena Chauí (1941-), Byung-Chul Han (1959-), entre outros e artigos sobre o tema, bem com artigos científicos com o objetivo de esclarecer a importância da presença do psicólogo com licenciatura no ambiente escolar baseia-se na sua

capacidade de observar, elaborar e criar projetos voltados à promoção de uma cultura de paz, com base na utilização da comunicação não violenta embasados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a finalidade de expor a trajetória histórica e conceitualização da violência; investigar os fundamentos teóricos da Comunicação não-violenta; identificar experiências e projetos escolares que utilizem a Comunicação não-violenta como ferramenta para a promoção da cultura de paz e propor diretrizes ou estratégias para a inserção da Comunicação não-violenta em projetos pedagógicos voltados à educação não violenta.

A análise dos dados obtidos na revisão bibliográfica foi realizada de forma interpretativa, com o propósito de identificar padrões de convergência que conseguissem alcançar o objetivo geral deste trabalho. Por meio de leitura aprofundada do material, buscou-se identificar conceitos e perspectivas teóricas com evidências científicas, com a finalidade de conectá-las de forma lógica e coerente para explicar o objetivo e tema deste projeto, o que possibilita uma fundamentação teórica e científica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E CONCEITUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A conceituação de violência não pode (e nunca será) única, pois cada pensador e estudioso trará sua própria visão e entendimento conforme o contexto de sua época, de sua cultura, de sua vivência. A violência, etimologicamente significa força violenta, é definida como o uso da coerção para subjugar a vontade alheia ou como o exercício de força que transgride o direito. Ela adquire sua conotação negativa ao perturbar os acordos e regras que fundamentam as relações sociais. O fenômeno da violência humana é caracterizado como antigo e complexo: antigo por sua longa história de manifestação, e complexo por sua natureza intrincada e multifacetada. Para uma análise adequada, é essencial que se reconheça essa complexidade, considerando tanto as múltiplas formas e diferenças qualitativas da violência, quanto seus variados níveis de significado e seus impactos históricos (Oliveira; Martins, 2007).

Assim, sabemos que a violência sempre esteve presente na história e na experiência humana. Todos nós somos afetados de alguma forma por experiências cotidianas de violência, que podem afetar relações interpessoais e dentro das instituições. Conforme cita Diego Vitória no editorial escrito para o livro de Elza Machado de Melo (2010), “Podemos prevenir a violência: teorias e práticas”, o autor aponta que:

A violência, acompanha toda a história da humanidade. Tal como numa epidemia, todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta que alimenta e mantém ativos os focos específicos de violência, os quais se expressam nas relações domésticas, de gênero, de classes e no interior das instituições. (Melo *apud* Vitória, 2010)

Na atualidade se fala muito sobre violência, inclusive algumas pessoas acham que o nível de violência atual cresceu muito, mas não levam em consideração as peculiaridades do contemporâneo principalmente no que tange a globalização dos meios de comunicação e o poderio bélico atual, incluindo-se a isso o porte de armas legalizado ou não e, o número de habitantes no mundo que apresenta uma curva de crescimento acentuada, vindo de encontro com o relatório elaborado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) escrito por Queiroz ao sustentar que “o Brasil enfrenta um novo cenário de violência em instituições de ensino, marcada por uma escalada nos casos de agressão na comunidade escolar, nos últimos dez anos, e pelos ataques a instituições de ensino[...]” (Queiroz, 2025, p.13). Para além, a sociedade capitalista corrobora para uma violência que vai desde o adoecimento

individual e coletivo, que visa a produtividade a qualquer custo chegando ao *Burnout*, interferindo no campo educacional conforme Mordente e Portugal (2024) nos falam:

Observamos uma significativa transformação paradigmática na concepção e execução de políticas educacionais, abrangendo desde os níveis de formulação de políticas públicas até o âmbito das práticas pedagógicas. A relação cada vez mais intrínseca entre o universo do conhecimento e a oferta de bens e serviços instaura uma naturalização da fusão entre o mundo das escolas e das empresas (Laval, 2019). As relações mercantis e seus *loci* históricos transbordam para as esferas sociais e interpessoais, instituindo ao processo educativo novas demandas e orientações específicas. (Mordente; Portugal, 2024, p.2).

Mas o que é ser considerado como violência?

Para esta reflexão há a necessidade de levantar a trajetória histórica sobre reflexões acerca da violência bem como conceitualização do termo violência conforme entendimentos e visões de pensadores, filósofos, sociólogos e psicanalistas porém de forma sucinta, para contextualização.

Segundo artigo produzido pela UNESCO, “As origens da violência” de autoria de Marylène Patou-Mathis (2020): “Pesquisas arqueológicas mostram que, na verdade, a violência coletiva surgiu com a sedentarização das comunidades e a transição de uma economia de predação para uma de produção”. (UNESCO, 2020)

Refuta também que os vestígios mais antigos de violência que foram encontrados são os relacionados à prática do canibalismo que para época era cultural, observações estas realizadas por meio de verificação do lugar, do contexto em que foram encontrados ossos humanos na era paleolítica. O que levanta uma série de indagações dos profissionais envolvidos com esta questão. Estudos mais específicos foram feitos para obtenção de respostas para algumas das indagações e concluíram que a violência somente surgiu com a sedentarização em comunidades, porém indicavam mortes por sacrifícios ou por conflitos pequenos dentro do próprio grupo. Somente, com o encontro de novos sítios arqueológicos pode-se observar mortes violentas

[...] na necrópole de Jebel Sahaba, datada entre 14.340 e 13.140 anos antes da era atual, metade dos 59 esqueletos (descobertos em 1964) de homens, mulheres e crianças de todas as idades – escavados de vários poços cobertos com lajes de pedra – indicavam que estes haviam morrido de forma violenta. As mortes foram resultantes de golpes na cabeça, principalmente, ou após seus corpos serem trespassados por pontas de lanças ou projéteis com ponta de pedra, alguns dos quais foram encontrados incrustados nos restos mortais. Três dos homens provavelmente estavam caídos no chão quando foram mortos. Mesmo que permaneça sem resposta a questão de se todos os 59

corpos foram enterrados ao mesmo tempo, esse sítio representa o primeiro caso comprovado de violência coletiva. (UNESCO,2020)

Assim, verifica-se a presença de atos mais violentos no período neolítico, principalmente por ser uma era marcada por mudanças sociais, ambientais, econômicas e religiosas, o que se intensifica na Idade do Bronze, com o surgimento das verdadeiras armas feitas de metal. Conclui-se, que o comportamento violento com o outro sempre existiu, mas a violência como guerra somente teve seu surgimento correlacionado a mudanças radicais nas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais. Sendo assim, a guerra não pode e nem ser vista como uma característica inerente somente à natureza humana, mas como uma manifestação gerada pelas dinâmicas sociais e culturais de cada sociedade, contudo é sabido com base em evidências ancestrais que em momentos de crise, a força de uma comunidade reside na colaboração e no suporte mútuo do que na rivalidade e no individualismo (UNESCO, 2020)

Porém, não podemos falar em violência sem citarmos os grandes pensadores que estudaram sobre o tema, pois o “O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório [...]” (Paviani *apud* Modena, 2016, p.8) e poucos estudiosos se dedicaram a analisar realmente o fenômeno da violência tais como Foucault, Hanna Arendt, Zizek, Marilena Chauí e alguns pensadores podem ser vistos como “defensores de uma violência subjetiva invisível” (Paviani *apud* Modena, 2016, p.8).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Dahlberg, Krug, 2007, p.1165).

Freud (1930) em seu texto “O mal-estar na cultura/civilização”, faz uma reflexão sobre a pulsão de morte e a pulsão de vida em relação a cultura. Considera a pulsão de vida como principal busca em nossa existência, sem ela não há o acordar para nossa vida diária. É uma busca eterna, pois sempre falta algo para a completude do ser, ou seja, para a felicidade plena. Porém, encontraremos um interdito, algo que nos barra, impõe regras e restrições que podem ser entendidas como uma forma de violência contra si mesmo a partir do instante que este tem que se controlar, reprimir seus próprios impulsos eróticos/desejos e a agressividade que podem vir a desestruturar não somente a ele como todo o seu entorno e a sociedade, como nos casos de crimes, por exemplo.

Assim, podemos dizer que o homem, por ser biopsicossocial, tem por necessidade a vivência em sociedade, que castra, que delimita por regras morais os desejos primários inatos de todos os homens. É a sociedade que impõe as regras de convivência imprimindo a sua marca no “Supereu”, o “juiz” presente em todos os seres humanos, que pode inclusive ocasionar culpa, vergonha e arrependimento em muitos momentos, pois atua diretamente no “Isso/Id”, parte mais primitiva e inconsciente da mente, que é regida pelo princípio do prazer que busca a imediata satisfação, como uma “criança” que não sabe esperar. Freud (1930) nos deixa uma indagação e reflexão muito importante e primordial para a contemporaneidade: “A questão do destino da espécie humana parece-me ser a de saber se, e em que medida, o seu desenvolvimento cultural será bem-sucedido em dominar a perturbação trazida à sua vida em comum por meio da pulsão humana de agressão e de autodestruição.” (Freud, 2020, p.405)

Lacan (1950), um pós freudiano extremamente importante por trazer para a psicanálise uma nova concepção e visão com reinterpretação da teoria até então conceituada por Freud e outros pós freudianos, traz nova prática clínica que tem na contemporaneidade grandes seguidores, teóricos e estudiosos. Distingue os conceitos de violência e agressividade, sendo a agressividade inerente ao indivíduo por ser a sua primeira individuação, a separação do sujeito do com o Outro, quando se percebe diferenciada daqueles que exercem o papel de cuidadores. Conforme Ferrari (2003):

[...] Segundo Lacan, não há identificação sem agressividade e tampouco agressividade sem identificação. Tal identificação supõe um desgarramento original do sujeito, deixando na subjetividade a paranóia original, ou seja, a marca da relação agressiva com o outro. Assim, a relação com o outro é fundamentalmente agressiva, ainda que sublimada. [...] violência “é, certamente, o essencial na agressão, pelo menos no plano humano. [...] Lacan demarca uma violência que supõe ato de agredir diante do impossível de dizer, supõe possibilidades de passagem ao ato, curto-circuito da palavra, retornando, no real, o gozo que escapa ao sentido. (Ferrari, 2003, p.56 e 58)

Resumidamente, sem querer abarcar toda a complexidade de sua obra, alguns registros devem ser abordados de seus conceitos principais, como o RSI. O Real é tudo aquilo que sai da simbolização, não pode ser dito e nem representado pois está além da linguagem e da consciência, retornando sempre ao mesmo lugar. Simbólico se encontra a estrutura do sujeito e seu desejo que surge a partir da linguagem, uma vez que para se tornar sujeito tem obrigatoriamente que passar pela linguagem, pois o “inconsciente é estruturado como uma linguagem” diferentemente do pensamento freudiano, podemos dizer que é a incorporação de vários significantes até os que já foram dados antes do nascimento. E o Imaginário é relacionado

a formação do “eu”, ao estadiamento do espelho, sendo ligado ao narcisismo primário, a ilusão de completude sendo do campo das fantasias, seria como ele se vê ou acha que é visto pelas outras pessoas.

Portanto, para ele todos os sujeitos são incompletos e divididos pois ele nunca se expressa totalmente e estruturado pela linguagem que não é somente à linguagem falada, escrita ou em forma de símbolos, mas um meio de comunicação que irá dar forma ao desejo e ao inconsciente, é o que possibilita o sujeito a se comunicar, o Real é o que desestabiliza, o que escapa (é a angústia, o trauma etc.) o Imaginário é o corpo, como ele se vê e como ele acha que é visto pelos outros. Assim, a violência é aquilo que atravessa o Imaginário e o Simbólico e afeta o Real e retorna a angústia Real, inassimilável, impossível. Portanto, vemos que a linguagem tem um papel importante e essencial para a constituição do sujeito e a mediação entre duas ou mais pessoas e ao mudarmos a forma como nos comunicamos para uma mais compassiva aos poucos o indivíduo começa a mudar seu entorno.

Os estudos de Michel Foucault (1966), por sua vez, geraram a teoria da microfísica do poder, compreendendo que as práticas de governo racionalizadas nos levam a reflexão de ser a violência um elemento chave para a concepção das relações de poder entendidas como condução de condutas, não sendo desta forma um conceito para a explicação da vida, porém um comportamento visivelmente de destruição do outro, ou seja, o que interessa é a estrutura do que está dito e não as ideias expressas.

Na mesma época, surge a Escola de Frankfurt, na Alemanha, que é uma escola de pensamento filosófico e sociológico formada por um grupo de intelectuais marxistas voltada para uma releitura crítica social e do marxismo, atuante até os dias de hoje. A primeira geração teve em sua composição: Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Otto Kirchheimer, Friedrich Pollock e Leo Löwentha e na segunda geração Axel Honneth, Albrecht Wellmer, Jürgen Habermas, Oskar Negt, Franz Neuman e Alfred Schmidt. Importante salientar que cada geração trazia um pensamento distinto da outra. Porém iremos usar o recorte de Jürgen Habermas (1967) que propõe a teoria da ação comunicativa, na qual a interação social e o trabalho que são os organizadores da sociedade. Maria Augusta Salin Gonçalves (1999) sustenta que Habermas (1987) desenvolve uma análise do conceito marxista de 'atividade humana sensível' ao dividi-lo em dois campos, o trabalho e a interação social, que, apesar de interligados, podem ser analisados separadamente. Por trabalho, ou ação racional teleológica, o autor entende o esforço contínuo da humanidade para conquistar a autonomia em relação ao mundo natural. Já a interação social constitui a esfera da sociedade em que normas e entendimentos mútuos são construídos por meio da convivência. Nesta última dimensão,

predomina a ação comunicativa, que é definida como uma interação mediada por símbolos, orientada por normas de validade obrigatória que estruturam as expectativas recíprocas entre os sujeitos participantes. (Habermas *apud* por Gonçalves, 1999)

Segundo esta teoria, a sociedade terá seu progresso por meio de relações humanas considerando o entendimento mútuo como primordial e essencial no lugar apenas do individual, fomentando a sociabilidade e a racionalização por meio da comunicação. O que estava alinhado com o pensamento de Freud e de Lacan, porém houve uma ruptura entre vários estudiosos e lacanianos, conforme descreve Prado (2014) ao ressaltar que há pontos controversos entre os próprios lacanianos, principalmente quando transformam os conceitos de pulsão e gozo em princípios fundadores da realidade do “ser”, apesar de se basearem nas elaborações feitas pelo próprio Lacan (Prado, 2014, p. 18) juntamente com a não unanimidade no que tange ao que seja linguagem, conforme nos aponta novamente Prado (2014)

Não há, entretanto, unanimidade entre os pensadores quanto ao que seja a linguagem. Há os que encontram na linguagem o meio de oferta instrumental de signos para os humanos realizarem referências e atuar em realidade externa à linguagem; neste caso a “realidade” da linguagem seria esmaecida e a “verdadeira “realidade” seria extralinguística. Há outros para quem a linguagem é o meio simbólico em que se gera o significado, para que os humanos, carentes de sentido, vivam socialmente. Para outros, enfim, a linguagem é o simbólico fora do qual não senão o real indizível, ou seja, o inapreensível, quela potência que de altura d’agua não vira eletricidade, não produz o útil. (Prado, 2014, p.9)

Hannah Arendt em sua obra “Da violência” (1970), conceitua a violência como uma manifestação instrumental que pode ser utilizada para atingir fins específicos, o que diferencia poder da autoridade. Enquanto o poder significa a capacidade de agir conjuntamente com outras pessoas, a violência depende de instrumentos e chega inclusive a destruir o poder, tendo necessidade de impor algo contra a vontade dos indivíduos ou não, com uso de força, ocorre em casos em que o poder falha ou é desafiado. Argumenta e enfatiza que a eficácia da violência depende de legitimidade e sua aplicação terá a tendência de destruir a autoridade e o poder ao longo do tempo, portanto, uma solução rápida para resolução de conflitos porque normalmente tende a agravar as divisões, minando o poder legítimo.

Outro autor importante para a conclusão é o francês Pierre Bourdieu (1970), criador do termo “violência simbólica” que considera que esta é uma violência “invisível” exercida por meio de símbolos de comunicação e conhecimento e “que se constitui em um vínculo de subjugação-submissão e que resulta de uma dominação, da qual o dominado é cúmplice, dado o estado natural em que a realidade se apresenta” (Silva; Oliveira, 2017, p. 1661).

Desta forma, relaciona a violência com dominação e exclusão social, destacando que a violência simbólica pode ser exercida nos mais diversos contextos inclusive dentro das salas de aula, no próprio currículo, nas mídias sociais, em questões de gênero, na raça e na linguagem, entre outros.

Marilena Chauí, em “Ensaio: ética e violência” (1998) aborda a violência como uma questão ética ao afirmar que uma “ação só se considera ética se for consciente, livre e responsável” (Paviani *apud* Modena, 2016, p.19), destaca que toda as formas de violência são contrárias aos princípios éticos pois destrói a liberdade do outro, impedindo a realização da justiça. Dividindo a violência em física, simbólica e estrutural para analisar as diferentes formas de violência possibilitando uma maior abrangência, sendo a física a que causa danos mais visíveis causando danos tanto materiais como corporais; a simbólica é aquela que é percebida por símbolos ou crenças ou normas que venham legitimar a desigualdade, opressão e estigmatização e por fim a estrutural que é compreendida nas estruturas sociopolíticas e econômicas que acabam perpetuando as desigualdades ocasionando exclusão. Assim, podemos entender que Chauí quando conceitua violência usando o termo força a utiliza como potência e não somente força física.

Segundo Chauí:

[...]violência é tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser; é todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; é todo ato de violação de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; é todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito. Após a caracterização da violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e socais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror, Chauí acrescenta que a violência se opõe à ética pelo simples e fundamental motivo de que se trata de seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, isto é, não são coisas. Portanto, a ética é inseparável do sujeito racional, livre, responsável, voluntário. (Paviani *In* Modena, 2016, p.19)

Contemporaneamente não se pode desconsiderar o que o desenvolve Byung-Chul Han em seu livro “Topologia da violência” (2017), que ao conceituar a violência considera que o poder e a violência são os instrumentos, estratégias, utilizadas para neutralizar o outro e a sede de liberdade deste, aniquilando-o, distinguindo o poder da violência enquanto modo de atuação. A violência seria destrutiva em si mesmo e o poder pode ser usado construtivamente.

Assis e Marriel (2010), destacam uma classificação sobre as formas de violência segundo a ‘natureza’ dos atos cometidos utilizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS),

separando-as em violência física, psicológica, sexual e negligência ou abandono (Assis; Marriel, 2010).

Assim, estamos diante de uma sociedade marcada pelo desenvolvimento científico e tecnológico com apresentação de insatisfações sociais e/ou econômicas cada vez maiores, com surgimento de violências não só físicas, mas invisíveis e as guerras. O que gera insegurança, tensão constante, medo e consequentemente o estresse. Resumidamente, a tensão psíquica produzida pelas condições socioeconômicas e culturais estabelecidas neste período contemporâneo, que adoecerá o sujeito visto que o homem, na atualidade usa de subterfúgios para fugir da dor, das frustrações evitando o desprazer a qualquer custo e isso acaba por afetar negativamente todos os âmbitos da vida, no contexto escolar.

5.2 DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência escolar que está presente na contemporaneidade assume diversas faces e certamente a que tem assustado toda a sociedade não é um fato novo, mas muito preocupante visto os ataques agora serem por armas de fogo, além das violências físicas entre os educandos, entre os educandos e professores e as violências invisíveis.

Esta violência não pode ser de maneira alguma deslocada da sociedade, no contexto socioeconômico e cultural vigente e analisada individualmente conforme a localização das escolas afetadas e no seu todo principalmente quando se leva em consideração os problemas comportamentais e psíquicos sociais e a herança cultural e política brasileira que afetou e afeta diretamente o sistema educacional.

Apesar da globalização, dos avanços científicos e tecnológicos atuais, muitos estudiosos perceberam um aumento na falta de empatia com predomínio do egoísmo, que impossibilita o altruísmo (Ullrich; Rocha, 2019). Além disso, podemos refletir se todos os pressupostos da pedagogia freiriana ainda continuam sendo aplicados no contexto escolar. Pressupostos estes que incluem o aprender a pensar criticamente, o desenvolvimento do raciocínio lógico, a capacidade de trabalhar em grupo e colaborativamente, ser o sujeito do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, entre outros. O que infelizmente visualizamos é um descolamento da escola em relação as transformações sociais atuais, retirando da escola seu papel, juntamente com a família, para a constituição do sujeito como cidadão pleno, saindo da lógica da função social e indo de encontro aos ditames capitalistas por meio da mercantilização do ambiente escolar.

Paulo Freire (1921-1997) deixa um legado que define a função social da escola não como mera transmissora de conteúdos, mas como um espaço de formação política e humanizadora. Isso fica evidente em sua definição de ‘ser cidadão’ como o ser político, capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma ordem social injusta e excludente. O que é discutido por Pasini e Santos (2025) quando apontam que a Educação Social converge com os fundamentos e princípios propostos nas Pedagogias freirianas pois este caminho “[...]consolida uma proposta ético-político-pedagógica elegendo os sujeitos do processo educativo como agentes de construção do conhecimento mediatizados pelo mundo, visando a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária” (Pasini; Santos, 2025, p.11). Contudo, na contemporaneidade, este projeto freiriano de cidadania encontra-se em desafio diante da

ascensão do discurso do ódio e da polarização, que ameaçam a capacidade de diálogo e o engajamento cívico transformador.

Cristina Queiroz (2025) pontua em seu artigo apresentado pela Revista Fapesp que a violência teve um crescimento muito grande no período de 2015 a 2025, principalmente pelos ataques sofridos nas instituições e o reconhecimento do Ministério da Educação (MEC) dos tipos de violência tipificando-as em violência extremas, violência interpessoal, violência institucional e violência no entorno da instituição (Queiroz, 2025).

A autora citada menciona também outras causas para este fenômeno como a descontinuidade de políticas públicas para o contexto escolar, a falta de preparo dos diretores e demais coordenadores e docentes, desvalorização do magistério, falta de infraestrutura, resistência em chamar o Conselho Tutelar para resolução de problemas, porém salvo exceções mediadores estão realizando este trabalho com louvor, entre tantos outros fatores. Relata sobre sofrimento individual que pode levar ao extremo como os casos de suicídios que teve um aumento significativo, por causa individuais ou por *bullying* ou *cyberbullying* ou por problemas internos das instituições escolares que acabam por acarretar um clima escolar não saudável ou relacionais por uso de internet ou pela disseminação do discurso de ódio antes restrito somente na internet. Apresentando como soluções a reparação e não a expulsão dos alunos envolvidos com a finalidade de evitar a estigmatização e uma possível agressividade maior que o tornaria isolado do convívio social e maior diálogo entre a saúde, a educação, assistência social, justiça e políticas públicas. E em nenhum momento alvitra a possibilidade de se ter nos quadros escolares a necessidade de psicólogos escolares em maior número e psicólogos com licenciatura para desenvolvimento de projetos e implantação de uma política de paz dentro das instituições, o que impactaria positivamente no desenvolvimento infantil e do adolescente perante a violência encontrada em muitos contextos escolares.

5.3 DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

Nas últimas décadas, as formas de comunicação interpessoal têm sido objeto de crescente atenção nas ciências humanas e sociais, principalmente devido ao aumento dos conflitos, da intolerância e da dificuldade de diálogo nos diferentes contextos da vida contemporânea. Esse fenômeno se manifesta cada vez mais no dia a dia e aponta para a constatação da ausência da palavra, ausência do diálogo e de uma visão crítica, seja por parte de quem assiste ou de quem vivencia a violência (Oliveira; Martins, 2007).

A Comunicação Não Violenta (CNV), proposta por Marshall Rosenberg (1960), surge como uma alternativa para mediar os problemas de comunicação interpessoal, tendo como objetivo promover relacionamentos e respostas mais assertivas, promovendo compreensão e empatia com a finalidade de ter relações mais saudáveis. A CNV propõe uma abordagem pautada na escuta atenta, no reconhecimento das necessidades humanas e na expressão autêntica dos sentimentos, evitando julgamentos, críticas e acusações. Essa proposta deriva da observação de que os conflitos interpessoais resultam da forma como os sujeitos se comunicam, já que, na maioria das vezes, há a presença de julgamentos morais, rótulos ou críticas que bloqueiam o diálogo e reforçam a violência simbólica. Portanto, “a Comunicação não-violenta (CNV) se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos mesmo em condições adversas” (Rosenberg, 2006, p. 23-24).

A CNV é composta por quatro elementos centrais que orientam a comunicação: a observação, os sentimentos, as necessidades e os pedidos. A observação consiste em descrever os fatos concretos, sem incluir julgamentos, críticas ou generalizações (Rosenberg, 2006). Os sentimentos, por sua vez, representam o reconhecimento das próprias emoções para expressar o que se sente diante da situação, favorecendo o autoconhecimento e a autenticidade (Rosenberg, 2006) e sabê-los expressá-los de acordo com os sentimentos de “forma fidedigna” é mostrar a sua vulnerabilidade, diferenciando-os dos pensamentos, das avaliações e das interpretações (Almeida; Oliveira; Brum, 2019). As necessidades são o cerne da comunicação, sendo universais (como segurança física, emocional, pertencimento, autonomia ou propósito). Por fim, o pedido é o momento de comunicar o que se deseja, de forma clara, específica, respeitosa e com empatia (Rosenberg, 2006).

Assim, a comunicação-não violenta que tem como objetivo a propositura de uma nova forma de relacionamento fomentando diálogos mais assertivos, por meio da linguagem, da comunicação promovendo compreensão, empatia e contribuindo para relações com trocas mais saudáveis que irão fomentar a criação de laços que podem transpor os muros das instituições

educacionais reverberando nos círculos mais íntimos das pessoas envolvidas no contexto escolar.

5.3.1 Comunicação não-violenta e sua importância

A Comunicação não-violenta atua como uma poderosa proposta para uma mudança nas relações interpessoais, pois esta promove uma conexão genuína e profunda entre os seres humanos por ter como base a empatia e a satisfação de necessidades universais e não em padrões de julgamento e crítica, tão usuais na contemporaneidade. Conforme entendimento expresso na Resolução 53/243 da Assembleia Geral da ONU - Declaração e programa de ação sobre Cultura de Paz, de 1999 que elucida o que é a cultura de Paz em seu artigo 1º (Almeida; Oliveira; Brum, 2019)

Atualmente, é amplamente usada para a resolução pacífica e colaborativa de conflitos em várias áreas tais como as organizacionais, jurídicas, escolares entre outras visto que facilita a solução dos problemas sem reações defensivas e que atendem a todas as necessidades dos envolvidos. Com base nas considerações de Reis (2020) referente ao papel do mediador é possível verificar que:

deve contribuir para a promoção desta empatia, compreendendo que cada pessoa é única e que carrega sua própria bagagem, sua própria visão de mundo e o vê com as suas próprias lentes, sendo necessário, talvez, “emprestar outros óculos” ou até não colocando óculos nenhum; entender a necessidade de se ter uma escuta sem julgamentos e/ou críticas (isto é, libertando-se das lentes que tinha); observando a linguagem verbal, não verbal e para-verbal. Assim, o mediador poderá facilitar o rapport, a conexão entre as partes. (Reis, 2020, p. 06)

Contribui também para o fortalecimento dos relacionamentos e para o bem-estar individual, porque é incentivadora da expressão autêntica dos sentimentos, do autoconhecimento, da responsabilidade emocional e das próprias necessidades, dado que na maioria das vezes nos eximimos das nossas responsabilidades quando na verdade “o que os outros fazem pode ser o estímulo para nossos sentimentos, mas não a causa”. (Rosemberg, 2006, p.79). O que auxilia na construção de laços de confiança e de intimidade, melhorando a qualidade de suas relações pessoais e profissionais,

Portanto, a prática da CNV é importante para poder criar uma cultura de paz nos mais diversos contextos. Dentro das organizações tem o objetivo de facilitar o diálogo trazendo clareza em relação a necessidade e ao pedido, consequentemente otimiza a gestão de pessoas e equipes com base na assertividade comunicativa e principalmente com um instrumento de mediação e de *feedback*. No dia a dia, melhora a comunicação entre os pares, promove o autoconhecimento e a empatia estabelecendo-se desta forma relacionamentos mais saudáveis.

E nas instituições escolares ajuda a reduzir a violência tanto física como verbal, construindo um ambiente acolhedor onde as diferenças são tratadas com respeito.

5.3.2 Comunicação não-violenta e projetos no ambiente escolar para uma cultura de paz

O cenário educacional atravessa por momentos de crise, decorrentes da desvalorização das ciências e da persistente desvalorização e precarização das condições de trabalho dos docentes, reverberando ainda em muitos Estados e Municípios.

Sabe-se que um ambiente adoecido afeta a todos aqueles que nele convivem, ou seja, se um professor está em sofrimento, suas aulas e o convívio entre pares e seus alunos também acaba sendo transpassado e vice-versa. Ferreira-Costa, aponta que “o sofrimento psíquico, além de gerar desilusão e desmotivação, também pode acabar produzindo complicações físicas” (Ferreira-Costa, 2017, p. 23), sofrimento este refletido “nos casos cada vez mais incidentes de depressão, particularmente, os atores participantes da escola e, especialmente, o professor” (Veloso, 2018, p.82). Se o ambiente escolar não fornece minimamente ao profissional um local de trabalho adequado para a plena realização de suas funções, e sem o apoio familiar dos educandos, torna-se inviável, principalmente, a promoção de uma educação crítica e analítica que habilite aos estudantes a possibilidade de se tornarem cidadãos. Neste contexto, o professor será uma figura central e fundamental para liderar projetos voltados para uma cultura de paz dentro da comunidade escolar.

Assim, mister há de se falar da necessidade de que o professor possua além de sua qualificação técnica, uma formação sociopsicológica sólida na grade curricular das Faculdades/Universidades de Pedagogia. O objetivo é de prepará-lo para dirimir possíveis conflitos, adquirir um olhar mais empático, analítico e crítico que fomente a resolução de problemas e conflitos baseados em valores como o respeito, a dignidade, diálogo, justiça, priorizando um diálogo construtivo.

Essa formação será a base frente a todos os desafios da profissão, como resposta aos ataques às escolas e como resistência às violências internas das instituições de ensino. Mesmo com a criminalização do “*bullying*” e a instituição de medidas de proteção pela Lei nº 14.811 de janeiro de 2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a legislação por si só não é suficiente. Conforme Silva e Castro, o ensino e incentivo da CNV, tem a finalidade de minimizar este cenário, com a formação de docentes e de programas pedagógicos (Silva; Castro, 2008).

Desta forma, os conflitos que aparecem dentro das salas de aula, na própria comunidade escolar e família podem ser dirimidos com uso de atividades que incluam a Comunicação não violenta, com o objetivo de ser uma ferramenta de emancipação e conexão autêntica e não como um instrumento de gestão de desempenho com pacificação superficial. Delineando desta forma a responsabilidade perante as relações, dar voz ativa na condução dos conflitos permitindo uma negociação democrática, trazendo consciência crítica e coletiva, com empatia e ética. Portanto, a CNV deve ser utilizada para expor as necessidades, possibilitando que o projeto de vida inclua ensinamentos de Hanna Arendt, Paulo Freire, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu e outros pensadores para ser realizada um contraponto.

Concluindo, as atividades podem ser propostas para toda a Educação Básica, com base no autoconhecimento e autocuidado. Nas séries iniciais do Fundamental, o reconhecimento de emoções e sentimentos sem julgamentos juntamente com as necessidades e os pedidos e no Ensino Médio, trabalhar a empatia, a escuta ativa e os projetos de vida voltados para fomentar o diálogo, consciência crítica e coletiva baseados nos estudos dos grandes pensadores e ética. Trabalhando anualmente e com os temas pertinentes a cada faixa etária o “Círculo da Paz”, que tem como fim promover a paz e o respeito, prevenir a violência, fortalecer as relações e desenvolver as habilidades socioemocionais, criando um ambiente seguro e saudável para todos da instituição.

Tal Círculo da Paz e a Comunicação não-violenta, foram motivos de experiências, pesquisas e projetos desenvolvidos em algumas escolas do Brasil e na cidade de São José dos Campos, com base no programa Gestão de Conflitos na Rede de Ensino Municipal, que se transformou no livro “Semáforo da Comunicação Empática”, de autoria do Juiz de Direito Alessandro de Souza Lima. Prática esta que está garantida na rede municipal de ensino pela Lei nº 10.683, de abril de 2023, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Programa Municipal de Gestão de Conflitos nas escolas da rede municipal de ensino de São José dos Campos (Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2023) e segundo o autor tem como objetivo futuro ampliar este trabalho com núcleo de gestão de conflitos para trabalhos contínuos, cursos para os pais e responsáveis como forma de transformação da comunidade escolar e familiar (Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2023).

5.4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamentada na Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996). Sendo a Base Nacional Comum Curricular que é “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 1997).

Importante salientar que neste trabalho de graduação não leva em consideração as últimas atualizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 2024 e 2025, que trazem grandes modificações em face da anterior.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, define as aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar, estabelecendo os conhecimentos, competências e habilidades. Mais do que um documento normativo, a BNCC direciona a educação brasileira para a construção de cidadãos, preparando-os para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Brasil, 1997), reconhecendo o aluno como sujeito ativo em seu processo de formação e como indivíduo que aprende nas dimensões cognitiva, emocional, social, ética e cultural.

A BNCC propõe dez competências gerais e habilidades que são o conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado e tais competências estão diretamente alinhadas aos princípios da Comunicação não Violenta (Brasil, 1997), o que permite ao estudante compreender e lidar com suas emoções, desenvolver empatia, manter relações saudáveis e cooperativa baseada na comunicação, além de agir com responsabilidade e ética.

Assim, no ambiente educacional, a prática da CNV pode ser utilizada em diversos momentos, nas interações cotidianas da comunidade escolar, nas rodas de conversas, nas mediações de conflitos, na atividades de projeto de vida entre outras. E ao adotar uma postura comunicativa baseada na empatia e na escuta, o educador amplia sua capacidade de compreensão e consegue responder de forma mais assertiva, construindo vínculos mais saudáveis e de respeito gerando um ambiente mais seguro para toda a escola, evitando a reprodução de violência simbólica, a estigmatização, os discursos punitivos e autoritários entre outros.

Essa mudança proporciona uma mudança no processo educativo visando um ambiente mais seguro para a aprendizagem refletindo o mesmo propósito estabelecido na BNCC, que é o de formar sujeitos capazes de se relacionar de forma ética, empática e cooperativa e em conjunto trabalhará as competências e habilidades por ela exigidas prevenindo desta forma possíveis violências, ou seja, desenvolverá as competências socioemociais não só para o processo de ensino e aprendizagem, visto que não há como separar os aspectos sociais e afetivos (D'Auria-Tardeli *et al*, 2022).

Sendo importante também para a formação dos docentes, pois um ambiente saudável reverbera dentro da comunidade, mesmo em um ambiente externo hostil, como forma de resistência.

5.5 PAPEL DO PSICÓLOGO COM LICENCIATURA X PROFESSOR X PSICÓLOGO ESCOLAR

Os educadores têm um papel de suma importância para a prevenção e combate à violência, pois atuam como mediadores, facilitadores de mudanças, acolhem os discentes e trazem conscientização para o ambiente escolar sobre a violência, porém não atuam sozinhos. Além de todo o corpo docente a escola pode ter em seus quadros o psicólogo com licenciatura e o psicólogo escolar que atuam com competências diferentes.

A graduação ou formação do professor é estabelecida pelas Diretrizes Curriculares que dispõe que:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (BRASIL, 2006) referendam a formação em curso de Licenciatura em Pedagogia para a formação de professores, a fim de que exerçam as funções de magistério em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; habilita também para docência em cursos de Ensino Médio na modalidade Normal; de Educação Profissional e ainda em áreas de serviços e apoio escolar e em quais sejam previstos os conhecimentos pedagógicos (Brasil, 2006, p. 2)

Já ao psicólogo com licenciatura cabe aplicar dentro das salas de aula por meio de debates, discussões e projetos sobre saúde mental, estabelecidas pela Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica” e a Resolução 05/2011 do Conselho Nacional de Educação que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelece normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia”. Para Moraes e Groff (2022):

A formação do(a) psicólogo(a)-professor(a) é certamente um dos espaços importantes para construção dos princípios fundamentais da nossa profissão, notadamente quando consideramos os contextos em que a sua prática profissional pode alcançar, a saber: processos educativos com crianças, adolescentes, jovens, adultos, familiares e outros grupos, atuando, por exemplo, desde uma perspectiva educativa, na prevenção e promoção da saúde e na orientação profissional; ensino de conteúdos científicos da Psicologia em palestras, minicursos, entrevistas, mídias sociais, etc.; formação continuada de outros(as) profissionais, e mesmo de colegas da profissão, sobre temas e problemáticas diversas sobre as quais a Psicologia possui importantes contribuições a fazer. (Moraes; Groff, 2022, p.6)

O psicólogo escolar tem diversas funções, mas a primordial é agir como um agente de mudanças, conforme a Resolução 013/07 do CFP, que “Institui a Consolidação das Resoluções

relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro”. Dias, Apatias e Abade (2014) trazem as mesmas considerações de Gaspar e Costa (2011) ao considerar o aperfeiçoamento de suas práticas mediante as intervenções a serem realizadas dentro do ambiente escolar devendo ser as mais amplas possíveis, levando em consideração todo o contexto psicossocial e econômico e a comunidade escolar (Gaspar & Costa, 2011; Guzzo, 2002 *apud* por Dias; Apatias; Abade, 2014).

Concluindo, a principal diferença entre o psicólogo escolar e o psicólogo com licenciatura é que o primeiro atua no processo de ensino-aprendizagem em todas as modalidades do sistema educacional e processos formativos em espaços de educação não formal e o segundo é um professor habilitado para lecionar psicologia, filosofia e sociologia nas escolas públicas e particulares no ensino médio. Porém ambos podem atuar em parceria, mas nunca devem diagnosticar, pois foge às atribuições por eles exigidas, conferindo aos psicólogos clínicos, aos psiquiatras entre outros profissionais tais demandas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Graduação que abordou o tema “O dia a dia escolar: violência invisível e seus impactos no desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes”, teve como escolha metodológica uma revisão de narrativa de literatura qualitativa e exploratória, com foco na necessidade de se estabelecer conexões críticas e interpretativas que permitisse a construção de um panorama sobre a violência seus impactos e o uso da comunicação não-violenta como uma possibilidade de se estabelecer uma cultura de paz dentro ambiente escolar.

Foi fundamentado historicamente e epistemologicamente como referencial teórico para um diálogo entre os pensadores clássicos Sigmund Freud (1836-1939) e Jacques Lacan (1901-1981), para compreender a violência como manifestação da pulsão de morte e falha na inscrição na ordem simbólica quando o sujeito não consegue simbolizar a sua angústia, dor ou desejo, ou seja, não foi castrado, não introjetou a lei liberando a agressividade e se transformando nas diversas formas de violência que encontramos na sociedade. O estudo também levou em consideração a crítica de Michel Foucault (1926-1984) e Pierre Bourdieu (1930-2002) sobre as relações de poder e a violência simbólica institucionalizadas no corpo social e no ambiente escolar. A filosofia de Hanna Arendt (1906-1975) e Jürgen Habermas (1929-) que reforçam a importância do discurso e da ação comunicativa, além de Paulo Freire que nos deixou um legado sobre a função da escola na constituição do ‘ser cidadão’. Esta base construída foi essencial para apresentar a natureza complexa da violência e da violência invisível apontando a comunicação não-violenta como uma das ferramentas para se ter uma cultura de paz.

Contudo, ao investigar os fundamentos teóricos da CNV e a BNCC verificou-se que não é a implantação de práticas socioemocionais nos currículos, conforme estabelece a BNCC que irá garantir que os estudantes consigam se emanciparem criticamente e eticamente proporcionando uma transformação cidadã. Na contemporaneidade e sob a ótica de Byung-Chul Han e Cristian Laval, a escola se transformou em um espaço que visa a produção de “sujeito de desempenho” ou o “ser-humano-empresa”, que “faz funcionar uma sociedade cuja base reside na autoexploração determinada pela racionalidade neoliberal” (Carbonezi, 2018, p. 338). Nessa lógica neoliberal corre-se o risco dos projetos de vida com base na comunicação não-violenta se reduzirem a autogestão emocional, que silencia o conflito e individualiza a culpa, ou seja, transfere para o aluno a responsabilidade integral pelo seu fracasso ou sucesso das suas relações e sem um questionamento crítico das estruturas da atual sociedade e suas desigualdades. O que gera um desafio tanto para o psicólogo escolar quanto ao psicólogo com licenciatura para transformar a escola em um verdadeiro espaço de democracia e justiça social,

fomentando discussões que produzam reflexões críticas por parte dos educandos sobre ação comunicativa proposta por Jürgen Habermas, o “ser cidadão” definido por Paulo Freire e os demais pensadores.

Assim, a experiência adquirida durante o estágio obrigatório em Psicologia na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) de 2023, aliada à fundamentação científica desta revisão, reforça o argumento de que a formação sociopsicológica do educador, a presença efetiva do psicólogo escolar e do psicólogo com licenciatura são medidas cruciais para promover uma cultura de paz que garanta o pleno desenvolvimento emocional e cidadão de crianças e adolescentes, com base na elaboração de projetos pedagógicos que fomentem diálogos e reflexões críticas sobre a violência estrutural e simbólica e como podem ser trabalhadas dentro da comunidade escolar podendo vir a afetar todos os laços relacionais íntimos de cada participante e com uma prática restaurativa, crítica, conscientizadora e educativa com o uso do ‘círculo de paz’.

Concluindo, ao criar ambientes mais acolhedores e seguros baseados em empatia e em diálogos, não em julgamentos e sem violências como ocorre normalmente não só dentro da comunidade escolar como a familiar dos educandos seria como se toda a sociedade estivesse se dedicando no desenvolvimento total e saudável de todos os envolvidos, vindo a reverberar posteriormente em todos os contextos nos quais estes mesmos indivíduos possam interagir.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. D. de; OLIVEIRA, S. B.; BRUM, L. Da comunicação não-violenta à cultura de paz: círculos, narrativas e contribuições. **Revista Observatório Palmas**, Palmas, v. 5, n. 4, p. 463-480, out./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p463>. Acesso em: 19 out. 2025.
- ASSIS, S. G.; MARRIEL, N. de S. M. Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Org.). **Impactos da violência na escola**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 45-68. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-03.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 out. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior (CNE/CP). Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 95, p. 11. 19 maio 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2006>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- BRASIL, **Base Nacional Comum Curriculares Brasília (BNCC)** Brasília: MEC, 2017 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 19 out.2025
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.
- CAMPOS, S. S. **Juízo moral e violência**: A avaliação de situações de violência em crianças e adolescentes do ensino fundamental. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/eea016bd-8b47-4ca1-a10e-81b7dbddd2f8>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- CAVALCANTE, C. V.; CASTRO, C. M. J.; JUBÉ, M. de O. M. Ramos. Violência simbólica para Pierre Bourdieu: a relação com escola contemporânea. In: COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, 1., 2016, Mineiros. **Anais Mineiros**: UNIFIMES, 2016. p. 41-52. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/68/237>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução n.º 013**, de 21 de agosto de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília, DF: CFP, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

CHAUÍ, M. Ensaio: ética e violência. **Teoria e Debate**, [S. l.], ed. 245, jun. 2024. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1998/10/01/etica-e-violencia/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, M. R. (Org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: Educs, 2016. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

CORBANEZI, E. Sociedade do cansaço. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 305-309, jan./abr. 2018. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.141124. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.141124>. Acesso em: 27 out. 2025.

COSTA, A. de C.; SILVA, D. dos S.; FILIPE, F. A. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 1003-1025, out./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902296>. Acesso em: 20 nov. 2024.

COSTA, H. S. Poder e violência no pensamento de Michel Foucault. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 153-170, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/download/2026>. Acesso em: 15 jun. 2024.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl., p. 1163-1178, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrdfhpcdw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2025.

D'AURIA-TARDELI, D.; PRALON, E. Q. C.; COELHO, P. M. Base nacional comum curricular (BNCC) e as competências sócioafetivas: uma revisão bibliográfica. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 32, n. 33, p. 77-89, 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542022000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2025.

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: **Algumas reflexões**. **Psicologia Escolar e Educação**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 11-20, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100011>. Acesso em: 25 abr. 2025

FERREIRA, A. L.; ACIOLY-RÉGNIER, N. M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. **Educar**, Curitiba, n. 36, p. 21-38, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/20563/13598>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FERREIRA-COSTA, R. Q. **O mundo do trabalho docente e o esgotamento psíquico**. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, SP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/fbe1b63a-5c87-4ab6-a1a8-5fbc74ff243b/content>. Acesso em: 27 out. 2025.

FERRARI, I. F. Agressividade e violência. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 15-28, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/x7phbW9v9jcbWgsCzYtncZM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FREUD, S. O mal-estar na cultura e outros escritos. In: FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud: Cultura, Sociedade, religião**. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 1-150.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** 6ed. São Paulo: Atlas, 2008

GONÇALVES, M. A. S. Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 66, p. 95-115, abr. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000100007>. Acesso em: 8 abr. 2025.

HAN, B. C. **Topologia da violência** [ebook] trad. Enio Paulo Giachini Petrópolis: Vozes, 2017

MACHADO, L. A.; KOHATSU, L. N.; PEREIRA, O. C. N. Egressos de cursos de Licenciatura em Psicologia: motivações, dificuldades e perspectivas. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-26, 2023. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v25i0.7148>. Acesso em: 20 nov. 2025

MELO, E. M. de **Podemos prevenir a violência: teorias e práticas** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010

MORAES, M. C. de; GROFF, A. R. Licenciatura em psicologia: a dimensão educativa da prática profissional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 26, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392022233808>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MORDENTE, G. V.; PORTUGAL, F. T. Neoliberalismo escolar: Subjetivações submissas da educação brasileira **Olhar de Professor** Ponta Grossa: 2024 Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23175/209209219036> Acesso em: 19 nov. 2024

MORDENTE, G. V.; PORTUGAL, F. T. Neoliberalismo escolar: Subjetivações submissas da educação brasileira. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 27, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23175/209209219036>. Acesso em: 19 nov. 2024.

OLIVEIRA, É. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 86-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/G49dvs8WPTfhvWHyVcnhp3p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2025.

ORSO, P. J. Planejamento escolar em tempos de precarização. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 65, p. 265-279, out. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642710/10189>. Acesso em: 16 jun. 2024.

PASINI, J. F. S.; SANTOS, K. Educação social: contribuições de Paulo Freire para uma área em construção no Brasil. **Revista Espirales**, Foz do Iguaçu, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2025. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/5146/4169>. Acesso em: 18 out. 2025

PESSOA, P. Programa de Gestão de Conflitos em escolas é tema de livro. **Educação e Cidadania**, São José dos Campos, 23 out. 2023. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2023/outubro/23/programa-de-gestao-de-conflitos-em-escolas-e-tema-de-livro/>. Acesso em: 27 out. 2025.

PRADO, J. L. A. **Habermas com Lacan**: uma introdução crítica à teoria da ação comunicativa. 2. ed. São Paulo: Educ, 2014. (Recurso online: epub).

QUEIROS, C. Crise de convivência na educação. **Revista Pesquisa FAPESP**, [S. l.], ed. 350, abr. 2025. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2025/04/012-017_capa-violencia-nas-escolas_350-parte-1.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

QUEIROS, C. Violência escolar aumenta nos últimos 10 anos: escassez de políticas para melhorar a convivência e a precarização da estrutura de unidades de ensino colaboram com o avanço de agressões em instituições do país. **Revista Pesquisa FAPESP**, [S. l.], ed. 350, 2025. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/violencia-escolar-aumenta-nos-ultimos-10-anos-no-brasil/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

REIS, C. A empatia na mediação: a contribuição da comunicação não violenta. **Jornal Jurídico Ponteditora**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 25-44, 2020. Disponível em: <https://revistas.ponteditora.org/index.php/j2/article/view/194/124>. Acesso em: 19 out. 2025.

ROSEMBERG, M. B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução de M. Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

SILVA, H. H.; CASTRO, L. V. de. Formação docente e violência na escola. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 27, p. 47-66, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43149>. Acesso em: 27 out. 2025.

UNESCO. **Origens da violência**. 2020. (Recurso eletrônico). Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/origens-da-violencia>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ULLRICH, Amanda; ROCHA, Guilherme Aparecido da. A era do narcisismo: condutas narcísicas na sociedade contemporânea. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 18, n. 36, p. 35-50, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2040>. Acesso em: 13 dez. 2025.

VELOSO, L. T. T. **Trauma e sofrimento docente**: Sintoma e invenção. 2018. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122018-105817/publico/LAURO_TAKE_TOMO_VELOSO_rev.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.